

O JUNTOR *ENTÃO* E A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Gláucia Andrioli Chiarelli¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é identificar e descrever o comportamento sintático-semântico do juntor *então* em dados de enunciação escrita, verificando como as diferentes relações semânticas estabelecidas por esse juntor estão organizadas na arquitetura sintática. Para tanto, levamos em conta a proposta funcionalista de Raible (2001) sobre junção, que postula que a combinação de orações ou partes textuais pode ser dada em diferentes níveis de organização sintática e que, dessas ligações, emergem diferentes relações semânticas. Como resultado, mostramos que o item *então*, diferentemente do que a gramática normativa estabelece, apresenta diversas organizações sintático-semânticas, que podem ser dispostas em um *continuum*.

PALAVRAS-CHAVE: junção, arquitetura sintática, relações semânticas

ABSTRACT: The aim of this paper is to identify and describe the syntactic and semantic behavior of the Portuguese item *então* in written language, in search of showing how the semantic relations established by this item are arranged in the syntactic organization. To do so, this analysis is based in Raible's (2001) functionalist proposal about junction, which postulates that the combination of sentences or textual fragments can be established in different levels of syntactic organization and that, from these links, different semantic relations emerge. As a result, we showed that the item *então* presents various syntactic-semantic organizations, which can be in a continuum, differently from what normative grammar postulates.

KEY WORDS: junction, syntactic organization, semantic relations.

1. Introdução

Muitos autores como Garcia (1985), Neves (2006), Azeredo (1990), entre outros, questionaram a limitação com que a tradição gramatical trata o tema articulação de orações. A gramática normativa reconhece apenas dois domínios: a coordenação e a subordinação, em que a primeira está ligada ao parâmetro independência e a segunda, à dependência. Essa classificação é abordada de maneira dicotômica e, algumas vezes, confusa. Os autores citados, dentre outros, já destacaram a falta de critérios nessa classificação quanto à independência e dependência, que ora se baseia em critérios semânticos, ora em sintáticos, ora confunde ambos. Além disso, de um modo geral, os gramáticos não reconhecem a multifuncionalidade dos conectores e o que foge da correlação uma forma – uma função é analisado como

¹Mestre em Linguística pela UNESP de São José do Rio Preto, Brasil. glaucia.ch@hotmail.com.

exceção. Esse é o caso do “e” que, classificado como conjunção coordenada aditiva, normalmente conta com apenas uma nota advertindo que ele pode assumir sentido adversativo. No caso do elemento *então*, este é classificado como uma conjunção coordenativa conclusiva, o que significa que estabelece uma relação semântica de conclusão e que as orações que o item coordena são independentes.

Garcia (1985), no entanto, questiona o parâmetro (in)dependência e argumenta que, embora a Gramática Tradicional classifique as coordenadas como orações independentes, não se pode falar que todas elas possuem essa característica, pois esse parâmetro, segundo o autor, significa autonomia não só de função, mas também de sentido. Para ele, as conjunções coordenadas que expressam motivo, consequência e conclusão não ligam orações da mesma natureza, e a oração encabeçada por elas não gozam de total autonomia sintática e semântica. O autor nega que haja independência em orações do tipo “portanto não sairemos” e sustenta a noção de *falsa coordenação*, em que se estabelece uma coordenação gramatical e uma subordinação psicológica, ou seja, há *interdependência* entre as orações. Dessa forma, podemos entender que, ao estabelecer sentido conclusivo, o item *então* não articularia orações totalmente autônomas.

Neves (2006) revela que questões pragmático-discursivas extrapolam as regras sintáticas de articulação de orações a ponto de algumas orações adverbiais, chamadas pela Gramática Tradicional de subordinadas e, portanto, dependentes, poderem ser expressas sem as principais como “Se eu pudesse mudar dessa favela! Tenho a impressão de que estou no inferno”. Segundo Neves, verifica-se até maior autonomia nessas orações adverbiais do que em orações coordenadas adversativas. Por exemplo, na frase “Benito reformou contrato com a Renascença, mas há ainda muita gente com vínculos vencidos”, a segunda oração nunca ocorreria como autônoma como a condicional apresentada. De acordo com a autora, a definição tradicional de conjunção coordenativa como a palavra que liga dois termos ou orações gramaticalmente idênticos não consegue responder totalmente pelo estatuto desse tipo de elemento. No exame das conjunções, “e”, “ou” e “mas”, ditas coordenativas típicas por muitos autores, Neves verificou que essas palavras, muitas vezes, extrapolam a organização puramente sintática da frase e constituem articuladores de altíssimo valor semântico-discursivo, iniciando parágrafos, capítulos de livros e até obras. Nesses casos, esses itens fazem junção externa à organização sintática.

A esse respeito, Guimarães (1980 – *apud* KOCH, 2008) comenta que “as conjunções coordenativas aparecem não só entre orações de um mesmo período, mas também encadeando orações de períodos diferentes ou encadeando parágrafos entre si. Devem, por isso, ser consideradas como operadores do discurso” (KOCH, 2008, p. 120).

Por conseguinte, diante de nossas insatisfações com o modelo tradicional de junção, buscamos fundamentos em estudos de cunho linguístico, mais especificamente de natureza funcionalista, sobre junção, a fim de descrever a multifuncionalidade sintático-semântica do item *então*, enquanto juntor. Nosso objetivo é mostrar como as diversas relações semânticas e pragmáticas desempenhadas pelo juntor *então* flutuam por diferentes níveis da organização sintática, contrariando o modelo tradicional que o define apenas como conjunção coordenativa conclusiva. Para atingir esse objetivo, apresentaremos a seguir, a proposta de Raible (2001) sobre junção, considerada significativa, na medida em que descreve os processos de coordenação e subordinação de modo escalar, ou seja, em termos de *continuum*, e não de modo dicotômico. Além disso, essa proposta é mais rigorosa quanto aos critérios utilizados nessa classificação, já que busca aliar critérios semânticos e sintáticos na junção de orações.

Diante desses objetivos, este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente, apresentamos a proposta de Raible (2001) sobre junção, noção teórica que norteia essa pesquisa; em seguida, trazemos uma descrição do *corpus* utilizado; a seguir, expomos os diferentes padrões semântico-sintáticos do item *então* mapeados no *corpus*; e, na última parte do trabalho, trazemos as considerações finais, na qual mostramos, de modo conciso, os principais pontos e resultados dessa pesquisa.

2. A proposta de Raible (2001)

De acordo com Raible (2001), a comunicação humana é fundamentalmente baseada em textos, turnos, e não apenas proposições e orações. Com isso, a junção de pequenas partes se dá dentro de uma unidade maior e, assim, é primordial para a atividade linguística. Raible destaca que a noção de junção se sustenta basicamente em cinco parâmetros: (i) *hierarquia sintática*, que remete aos diferentes graus de integração e dependência entre as unidades; (ii) *relações semânticas*, que remetem a uma escala cognitiva de complexidade crescente; (iii)

dinamismo comunicativo, que se refere ao fato de que unidades articuladas têm diversos estatutos informacionais; (iv) *manutenção da referência*, que remete aos diferentes procedimentos de referenciação anafórica e catafórica e (v) *gênero textual*, que está relacionado ao conhecimento de um gênero e seu vocabulário característico. Nosso interesse recai nos dois primeiros parâmetros, pois é a partir do cruzamento entre eles que os juntores de uma língua são caracterizados. Juntores, segundo Raible, são elementos que promovem coesão no texto, e podem ser: conjunções, advérbios fóricos, dêiticos, preposições, construções reduzidas, entre outros. Esses dois parâmetros serão discutidos a seguir.

2.1. Hierarquia sintática

Na combinação de elementos proposicionais, são estabelecidas diversas relações de sentido, como tempo, causa, conclusão, concessão, etc., desempenhando importante papel na junção. Segundo Raible (2001), uma única relação semântica pode ser expressa de diversos modos, ou seja, em diferentes níveis da arquitetura sintática. O parâmetro da hierarquia sintática, dessa forma, trata das diferentes estratégias de combinação e integração de orações, dispostas em um *continuum*, cujos pólos seriam as estratégias de *agregação* e *integração*. Para o autor, o pólo mais à esquerda seria o da *agregação*. Na *agregação*, a estratégia de ligação seria a justaposição de orações, sem juntor explícito, como no exemplo abaixo:

- (1) Joana está doente. Ela permanece em casa.

A relação de sentido constituída na sentença acima é de *causalidade*, inferida pelo contexto, já que, na justaposição, não há juntor explícito que mostre essa relação. Já o pólo mais à direita se refere à *integração*, no qual as duas orações estariam totalmente integradas em uma:

- (2) Joana permanece em casa por motivo de doença.

Assim, a mesma relação de causalidade foi organizada de modos distintos na arquitetura sintática. Entretanto, entre esses dois pólos, haveria uma quantidade de estratégias

intermediárias com variados graus de dependência e/ou integração, conforme sugerem os exemplos abaixo:

- (3) Joana está doente. Por isso ela permanece em casa.
- (4) Joana está doente, pois ela permanece em casa.
- (5) Já que Joana está doente, permanece em casa.
- (6) Estando doente, Joana permanece em casa.

Nos exemplos acima, a *causalidade* é estabelecida pelos jutores explícitos “por isso”, “pois”, “já que” e por uma construção com gerúndio, respectivamente. Todavia, há uma diferença entre os níveis de integração das orações, indicando que elas estariam em pontos diferentes do *continuum*, sendo que (3) e (4) estariam mais à esquerda, aproximando-se da agregação e (5) e (6) estariam mais à direita, aproximando-se mais de uma integração.

Kabatek (2008), fundamentando-se nos trabalhos de Raible (2001), lista sete diferentes padrões sintáticos de junção que estariam no *continuum*:

Quadro 1: Graus de integração sintática

I	Junção por justaposição (sem jutor explícito)
II	Junção pronominal (relações dêiticas e fóricas com a frase anterior)
III	Junção por coordenação (com jutor explícito)
IV	Junção por subordinação (hipotaxe e encaixamento)
V	Junção com gerúndios e participios
VI	Junção com grupos preposicionais
VII	Junção com preposições

Do nosso ponto de vista, a heterogeneidade dessa proposta pode gerar limitações, ao reunir mecanismos de combinação de orações com mecanismos de constituição (padrão IV), do tipo encaixamento, que são de outra natureza, como afirma Halliday (1985). Para esse autor, *encaixamento* não é um caso de junção de orações como parataxe e hipotaxe, mas um mecanismo pelo qual uma oração tem a função de um constituinte dentro da estrutura de outra oração. Apesar dessa limitação, entendemos que a proposta de Raible (2001) apresenta vários pontos positivos, em especial, a noção de *continuum*, nos processos de combinação.

2.2. Relações semânticas

Segundo Raible (2001), tratar de junção implica discutir as relações semânticas estabelecidas entre proposições, como tempo, condição, concessão, causa, entre outras. Como visto anteriormente, o autor destaca que as relações semânticas podem estar implícitas ou podem ter representação na superfície do texto por meio da inclusão de juntores de vários tipos, e, dessa forma, haveria várias possibilidades de expressar as relações em diferentes níveis da arquitetura sintática.

Raible (2001) levanta algumas questões sobre as relações de sentido que emergem da junção, tais como: como conceber essas relações? Há um número ilimitado? São universais? Como seriam adquiridas? (RAIBE, 2001, p. 606). Para responder essas questões, há várias abordagens, segundo o autor. A primeira é *empírica*, ou seja, foca na observação de determinadas línguas a fim de tecer tendências a respeito dessas relações semânticas. Para exemplificar, o autor cita o trabalho de Kortmann (1997), que, com base no estudo de várias línguas europeias, agrupou as relações semânticas em quatro macrocategorias: CCC (causalidade, condição, concessão); *tempo*; *lugar* e *modo*. A existência dessas relações em grande escala favorece a ideia de categorias universais da cognição humana. Kortmann (1997) também combinou uma segunda abordagem à primeira: *a diacronia*, pois, para ele, haveria uma direção para a mudança semântica. A partir de seu estudo, então, Kortmann propôs uma espécie de mapa cognitivo que esclarece a direção da mudança semântica, conforme ilustra a figura abaixo:

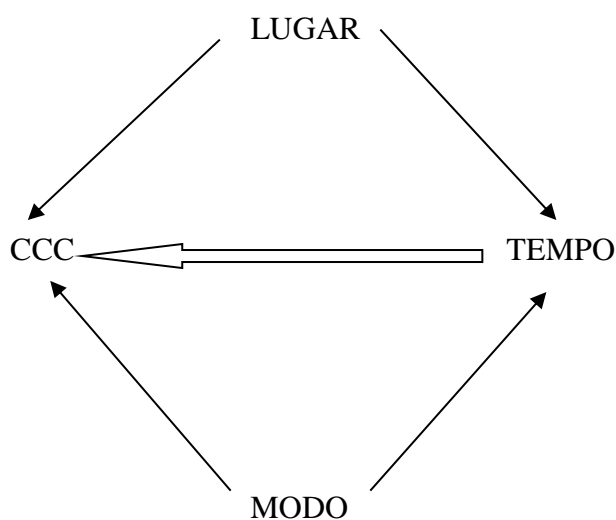


Figura 1: A macroestrutura do espaço semântico das relações interssentenciais (KORTMANN, 1997, p. 178)

Dessa forma, o Kortmann afirma que relações temporais podem ser originadas de relações de lugar e de modo, mas não o contrário. E qualquer uma dessas três relações pode servir de base para a formação de relações “CCC”. Isso indica que as relações “CCC” são provenientes de várias fontes, mas especialmente das relações temporais (seta larga), ou seja, o estudo desse autor verificou que “TEMPO” é o grande responsável por formar relações “CCC”.

Raible (2001), retomando e complementando o trabalho de Kortmann (1997), acrescenta uma terceira abordagem: *a ontogênese*. Para ele, é possível estabelecer certa ordem na aquisição das relações, em que as mais complexas seriam adquiridas mais tardiamente a partir de outras menos complexas, por exemplo, *tempo > causa, causa > finalidade*.

Destarte, embora haja certas limitações, essa proposta é interessante por várias razões que passaremos a expor. Ao tratar do eixo sintático, Raible apresenta vários, e não apenas dois processos de combinação de orações. Além disso, esses processos não são abordados de modo dicotômico, mas como um *continuum*. Outro ponto importante é que, diferentemente do que propõe a visão tradicional, para Raible, uma relação semântica não está categorizada em apenas um nível de articulação sintática (coordenação e subordinação, por exemplo), mas pode estar organizada sintaticamente em diferentes eixos da arquitetura sintática, isto é, em diferentes pontos do *continuum*. Isso significa que uma oração temporal, por exemplo, não é necessariamente subordinada a outra, mas pode ter representação na coordenação, na junção com construções reduzidas, na junção pronominal, entre outras. Também é fundamental o tratamento dado aos elementos de conexão. Raible denomina-os *juntores*, já que esses elementos são de diversos tipos e não propriamente conjunções², como classifica a gramática normativa. Neves (2000), por exemplo, considera elementos adversativos como “no entanto” e “porém” como advérbios juntivos, pois não são conjunções propriamente ditas, mas são itens em fase de gramaticalização. Portanto, juntores, itens que promovem elo entre orações ou parte maiores do texto, podem ser de diversos tipos: advérbios, conjunções, preposições, etc., como anteriormente mencionado.

²Quirk et al, (1972) bem como Pezatti (2001) tratam da prototipicidade de conjunções coordenativas. A partir de considerações dos autores sobre o tema, verificamos que os parâmetros mais importantes que caracterizam uma conjunção como prototípica são: (i) não apresentar mobilidade na sentença, sendo restrito à posição inicial, (ii) não ser precedido por outra conjunção e (iii) não ser flexível na ordem.

Desse modo, a partir da proposta de junção apresentada neste trabalho, consideramos *juntor* prototípico um item que tem a propriedade de articular, ligar orações ou porções textuais maiores, estabelecendo uma relação de sentido entre essas partes do texto. Nesse modelo de junção que adotamos, baseado principalmente em Raible (2001), quando o item estabelece algum vínculo sintático-semântico entre fragmentos do texto, independentemente de sua extensão, tem-se um *juntor*. Esses *juntores* estariam dispostos em um *continuum* cujos pólos seriam *junção pronominal*, mais à esquerda e *junção hipotática*, mais à direita, sendo a *junção paratática* um estágio intermediário. Para determinar se uma função de *então* está mais próxima de uma junção pronominal, paratática ou hipotática, levamos em conta a natureza das unidades sintáticas envolvidas, bem como a relação de sentido. Aliamos, portanto critérios semânticos e sintáticos, como defendido na proposta de Raible (2001).

Também interessam neste trabalho usos de *então* como um *juntor* não prototípico, casos em que a junção desempenhada pelo item não se situa no plano sintático, mas no plano semântico-discursivo, como, por exemplo, ocorrências em que *então* pode estabelecer junção com outra situação discursiva.

A partir dessas considerações, após a descrição do *corpus*, apresentaremos a análise dos usos *juntivos* de *então* quanto às suas funções semânticas e sintáticas.

3. O *corpus*

O *corpus* selecionado para a pesquisa refere-se a textos representativos do português paulista, vigentes nos séculos XIX, XX e XXI. Neste trabalho, o *corpus* de escrita é composto, então, de textos referentes do gênero *carta*, mais especificamente de cartas de leitores e redatores de jornais e revistas.

Abaixo, segue uma descrição detalhada de cada uma das amostras de carta utilizadas como *corpus* para este trabalho. Ao final de cada descrição, apresentamos as convenções que serão utilizadas para identificar a ocorrência de *então* na amostra:

(a) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX* (BARBOSA e LOPES, 2006): 179 cartas de leitores e redatores publicadas em jornais e revistas paulistas da época. Os temas tratados focam diversos assuntos, desde questões pessoais como brigas entre vizinhos até questões de ordem política. Assim, encontramos uma diversidade

de funções como reclamações, provocações, críticas, reivindicações, agradecimentos, justificativas, narração de fatos ocorridos; há também cartas publicadas no jornal que são destinadas a uma pessoa específica (como uma carta pessoal). Essa função era recorrente na época por conta da circulação dos jornais e revistas, que chegavam a locais nos quais as cartas particulares não atingiam. Padrão de identificação: 19CLR, número da carta, ano.

(b) *Cartas de leitores e redatores da revista VEJA – século XX*: foi coletado um banco de dados com todas as cartas de origem paulista publicadas na revista VEJA entre os anos de 1968 e 2000. Esse banco conta com mais de 2000 cartas. Para esta pesquisa, selecionamos 182 cartas. Nessas cartas, os leitores escrevem, de um modo geral, para opinar sobre um assunto, trazendo, portanto, críticas, reclamações, indignações, elogios, esclarecimentos, etc. Os redatores escrevem basicamente para relatar algum fato, dar esclarecimentos e opinar sobre algum assunto. Padrão de identificação: 20VEJA, data da publicação.

(c) *Cartas de leitores e redatores da revista VEJA – século XXI*: foram selecionadas cartas entre os meses de janeiro a setembro de 2009. Recortamos as cartas de leitores e redatores de origem paulista das três primeiras edições de cada mês, perfazendo um total de 177 cartas. A temática tem características semelhantes às das descritas em (b). Padrão de identificação: 21VEJA, data da publicação.

(d) *Cartas de leitores do jornal O ESTADÃO – século XXI*: selecionamos cartas (*on-line*) entre os meses de janeiro a setembro de 2009. Do total, utilizamos 350 cartas, somente de leitores. A temática também é semelhante à descrição apresentada em (b), quanto à carta de leitor. Padrão de identificação: 21ESTADÃO, ano de publicação.

Depois dessa exposição, partimos para a análise dos dados.

4. Então: usos juntivos

4.1. Então anafórico temporal

Então anafórico temporal funciona como um advérbio temporal e retoma um momento ou situação mencionados no texto, que podem ser situações passadas ou futuras. No exemplo a seguir, *então* refere-se à data “4 de março de 2009”:

- (7) Na sua edição de 4 de março deste ano, VEJA ofereceu aos leitores uma reportagem de capa em que listava dez razões para otimismo em relação à crise econômica mundial e suas consequências sobre o Brasil. Estava **então** entrando no seu sexto mês e o encrallamento econômico planetário iniciado com o estouro da bolha imobiliária americana e a quebra de tradicionais bancos de investimento em Wall Street. (...) (21VEJA, 22/07/2009)

O *então* anafórico temporal não é um conjuntivo propriamente dito, pois o vínculo estabelecido pelo item é basicamente semântico. No entanto, o anafórico é um item de coesão, ou seja, ele estabelece certa ligação dentro do texto, por isso, embora não seja um conjuntivo prototípico, esse uso apresenta traços que o aproximam de um. Na verdade, conforme Tavares (2003), *então* anafórico temporal deu origem ao *então* sequencial temporal por um processo de gramaticalização³, o que significa que o anafórico temporal foi o primeiro passo para que o item assumisse a função de um conjuntivo.

4.2. Então sequencial temporal

Nesse uso, *então* sequencializa eventos encadeados temporalmente, como em (08):

- (8) Parabéns pela excelente entrevista com Contardo Calligaris (Amarelas, 3 de junho). Sua abordagem pontuou fielmente o conflito do homem contemporâneo. Estava lendo a entrevista em voz alta enquanto meu marido fazia a barba e, de repente, ele parou na porta do banheiro para ouvir atentamente o que eu lia. Foi aí que eu percebi que ele estava emocionado, com os olhos cheios d'água. **Então** ele disse: “Esse psicanalista conseguiu traduzir tudo o que eu sinto e nunca consegui explicar”. (21VEJA, 10/06/2009)

Temos dois eventos encadeados temporalmente: primeiro, o marido ouviu atentamente o que a mulher lia, *em seguida*, ele disse algo. A leitura sequencial de tempo é corroborada pelo teor narrativo das cartas, percebido pelos tempos verbais no passado e por alguns outros itens coesivos, como *depois*, que ajudam na sequenciação dos acontecimentos.

No exemplo, *então* é um advérbio que tem a função de ligar as orações, manifestando uma relação temporal de sequência. Assim, a ligação é estabelecida por um elemento fórico.

³ De acordo com HOPPER e TRAUOGOTT (2003), a gramaticalização pode ser entendida como um processo lento e gradual pelo qual itens lexicais e construções vêm, em certos contextos, a servir funções gramaticais e como formas gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais, assumindo valores crescentemente abstratizados e pragmatizados.

Diferentemente do *então* anafórico temporal, *então* sequencial temporal comporta-se como um juntor prototípico, com funcionamento sintático semelhante a uma conjunção. Em (08), a articulação sintático-semântica está bem próxima ao domínio da parataxe, pois *então* liga orações de mesmo estatuto sintático: as orações são completas sintaticamente – sujeito, verbo, objeto. Semanticamente, temos um caso de *continuação*: a segunda oração continua a primeira, e não depende da primeira. Na verdade, há relativa independência, dado o fato de que o se diz na segunda oração depende da primeira, ou seja, a ação que ocorreu depois no tempo só ocorre depois da primeira.

4.3. Então conclusivo

De um modo geral, nesse padrão semântico, *então* introduz um evento que representa uma consequência, resultado ou conclusão do evento anterior, havendo, assim, uma implicação entre as orações. Algumas vezes, pode ser substituído por “portanto”, “por isso”. Verificamos que os padrões conclusivos nem sempre se manifestam do mesmo modo, tanto semântica como sintaticamente, isto é, há diversas maneiras de se estabelecer o que estamos chamando aqui de relações *conclusivas*, cada uma com sua especificidade. A relação semântico-discursiva que nomeamos de conclusiva pode se comportar como um juntor mais ou menos prototípico. Vejamos os diferentes nexos conclusivos de *então* encontrados no *corpus*.

Como um juntor conclusivo típico, temos a construção com *então* que se instaura em um nível mais factual, configurando uma *consequência objetiva* entre fatos que existem no mundo. Nesse caso, *então* introduz um efeito, um resultado do fato anterior, por isso, denominamos de *então consecutivo*, como em (09):

- (9) (...) Queríamos investir no Metrô. Procuramos o governo do Estado, para a Prefeitura fazer a estação no Largo da Batata, junto ao corredor Rebouças. Mas o governo do Estado não tinha projeto executivo. **Então**, não tivemos como investir. Daí, fizemos os túneis, para suprir uma demanda antiga por melhorias no transporte e no trânsito, objetivando beneficiar cerca de 2 milhões de pessoas que trafegam, moram ou trabalham na região (...) (21ESTADÃO, 17/09/2009)

Nesse exemplo, *então* está mais centrado na articulação sentencial e estabelece uma relação conclusiva entre fatos do mundo, ou seja, são questões mais concretas: o fato de o

Estado não ter projeto (elemento concreto) não possibilitou o investimento da prefeitura. Nesses casos, temos um padrão do seguinte tipo: (*porque*) *x*, *então* *y*, configurando uma relação de causa-efeito entre eventos no mundo.

Há outros tipos de conclusões que se diferenciam do anterior por estabelecerem uma *relação argumentativa* entre partes do texto, como a ocorrência a seguir:

- (10) Um homem bonito e inteligente fazendo sucesso não pode ser um padre? Tudo muda, até a Igreja Católica, para conquistar novos fiéis. Isso desperta sentimentos não tão nobres em algumas pessoas. Confesso que o padre Fábio de Melo é muito bonito e inteligente. Que mulher na face da Terra não gostaria de ter um homem assim ao seu lado? Mas este já está comprometido com a Igreja; **então**, vamos respeitar. (21VEJA,, 11/02/2009)

Nesse caso, *então* estabelece uma relação mais argumentativa, pois o escrevente está buscando argumentar, convencer os leitores sobre um ponto de vista: Fábio de Melo deve ser respeitado, já que é padre.

A respeito da diferença entre conclusões mais factuais e mais argumentativas, Ilari (2008) ressalta que algumas conjunções exibem esse tipo de sincretismo que consiste na confusão entre o nível do *dictum* e o *modus*, ou seja, confusão entre uma relação objetiva entre fatos que existem no mundo, e momentos de uma argumentação. O autor acrescenta, ainda, que as ocorrências de *então* representam os casos mais comuns. Entretanto, nem sempre é possível distinguir entre uma consequência ou conclusão do falante.

Tratando do item *portanto*, Lopes, Pezatti e Novaes (2001) teceram considerações a respeito das construções causais e consequenciais e construções conclusivas. Adotando a distinção proposta por Sweetser entre domínio do conteúdo e domínio epistêmico, as autoras apontaram que:

Assim, nas construções causais e consequenciais expressa-se uma relação de causalidade no nível do domínio do conteúdo, ou seja, representam-se dois estados de coisas, sendo que um deles é apresentado como causa, e o outro como consequência. Como assinala Oscar Lopes (1972) a causa é uma condição suficiente que existe no mundo real. Daí o caráter factual das construções causais e consequenciais (...) Nas construções conclusivas, a relação causa/consequência opera no nível do domínio epistêmico: o conector assinala que a proposição que introduz é a conclusão (ou consequência lógica) de uma inferência dedutiva legitimada pela articulação

de uma premissa implícita com a premissa expressa (LOPES, PEZATTI e NOVAES, 2001, p. 208-209)

Com isso, existem vários traços que diferenciam a construção conclusiva da construção de causa-efeito, embora nem sempre facilmente. O traço mais importante, de acordo com as autoras, e também constatado por Pezatti e Bechara (2007), é o de que o fundamento de uma relação semântica de conclusão propriamente dita é o *raciocínio inferencial*, o que significa que uma das premissas não está explicitada, diferentemente de uma relação consequencial, em que não temos premissas, mas uma causa e uma consequência, ambas explícitas. De acordo com Lopes, Pezatti e Novaes (2001), na frase “O João é muçulmano, portanto não bebe álcool”, a premissa apresentada é “João é muçulmano”. Mas, para chegarmos à conclusão “portanto ele não bebe álcool”, nossa interpretação apóia-se numa premissa genérica que está omitida, que é: os muçulmanos não bebem álcool. Assim, em (10), a interação entre a premissa explícita (Padre Fábio de Melo está comprometido com a igreja) e a premissa implícita (padres não podem casar ou namorar) leva à conclusão “vamos respeitar o padre Fábio de Melo”. Denominamos esses casos de *então conclusivo propriamente dito*.

Os exemplos (09) e (10) estabelecem junção sentencial, havendo uma interdependência semântica entre a causa e a consequência ou entre a premissa e a conclusão, configurando um caso de falsa coordenação (cf. GARCIA, 1985), em que temos uma coordenação sintática, mas uma subordinação semântica. Como adotamos critérios semânticos e sintáticos no modelo de junção, a junção estabelecida pelo item *então* está no *continnum* entre parataxe e hipotaxe, pois diferentemente do padrão sequencial temporal, no padrão conclusivo (conclusão objetiva ou argumentativa), não há uma simples continuação de sentido, mas *interdependência* semântica.

É também possível encontrar casos em que *então* estabelece correlação com as conjunções “quando” e “se”, trazendo uma situação em que a conclusão ou consequência apresentada por *então* depende de uma condição anterior. A estrutura desse tipo de ocorrência é: *se x, então y = se x, conseqüentemente/eu concludo y*. Nomeamos esses casos de *então conclusivo/consecutivo correlativo*. Vejamos o exemplo:

- (11) (...) Fiquei estarecida ao ler no nº 27 a carta de D. Darcy Cotrim Santos. É quase inacreditável constatar-se que em pleno século XX alguém ainda pensa em lutar contra feiticeiras e servidores de Satanás como se manifestou essa senhora. Se D. Darcy vivesse longe da civilização moderna, **então** eu poderia compreendê-la. Mas, no caso, é puro fanatismo. (20VEJA, 26/03/1969)

Módolo (2009) chama esse tipo de construção de *correlata hipotética*. Ele observa que, nesses casos, a natureza factual da construção condicional vem realçada por um elemento conclusivo/resumitivo (*então*), que ocorre na segunda oração.

Em casos como o apresentado em (11), por termos uma correlação, as orações são mais dependentes sintaticamente, por isso, a junção oracional estabelecida também está no *continuum* entre parataxe e hipotaxe. Módolo (2009) entende a correlação como uma etapa intermediária entre coordenação e subordinação, ora dividindo propriedades com as coordenadas, ora com as subordinadas.

Apesar da possibilidade da construção *se...então* (ou *quando...então*) o uso de *então* não é obrigatório, mas este fica subentendido. No entanto, nem todas as construções condicionais aceitam o juntor *então*. Em casos de condicionais pragmáticos do tipo “se não for incomodar, você poderia desligar o ventilador?”, o uso de *então* não é aceitável (cf. MONTOLIO, 2000). Também não parece aceitável o uso desse item em construções condicionais no domínio epistêmico: “se ligaram o ventilador, é porque esquentou”. Dessa forma, a correlação *se...então*, mesmo que subentendida, parece ser sustentada apenas em construções condicionais no domínio cognitivo do conteúdo, em que se estabelece uma relação de causa e consequência, como em (11). Contudo, a correlação existente nesse tipo de oração, conforme encontrado no *corpus*, é *se...então* e não *se...portanto/assim* ou outro juntor conclusivo, o que leva a uma possível especialização do item.

Outro padrão muito recorrente, com características de um juntor típico, refere-se a casos em que a conclusão introduzida pelo juntor *então* pode ser pensada em termos de uma inferência do escrevente sobre o discurso do interlocutor, com o intuito de trazer uma discussão ou ironia a respeito do assunto. Nesses casos, a oração normalmente apresenta um ato de fala interrogativo, por isso chamamos esses casos de *então inferidor*, como no exemplo (12):

- (12) O presidente Lula quis que a ministra Dilma "saísse de cena" por uns dias... **Então**, eles confirmam o ditado "quem cala consente"? (21ESTADÃO, 26/08/2009)

Nesse exemplo, a partir do que foi escrito pelo interlocutor (“O presidente Lula quis que a ministra Dilma ‘saísse de cena’ por uns dias”), o escrevente conclui/inferre que quem cala consente. Entretanto, por se tratar de um contexto altamente argumentativo, típico do gênero carta de leitor, não há a expectativa de uma resposta afirmativa ou negativa diante da questão formulada, mas de mostrar ironia, bem como trazer uma discussão a respeito do assunto. Essa ocorrência possui natureza interacional, uma vez que é possível perceber um diálogo entre os interlocutores, ou seja, a conclusão apresentada é respaldada na fala do outro.

Em sua pesquisa, Tavares (1999) mapeou um uso de *então*, que ela denominou de inferidor, e o descreveu como um sequenciador que introduz uma informação representada por uma inferência, uma conclusão feita pelo falante a partir da fala de seu interlocutor, levando o discurso a sua continuidade. A informação não fora mencionada anteriormente, mas depreendida do que foi dito.

Sobre esse uso de *então*, segundo Sapata (2006) o que diferencia o inferidor⁴ do conclusivo, é que o primeiro orienta para uma conclusão que ainda não é definitiva. Nesse caso, para ela, haveria locutores diferentes (polifonia). Outro fato interessante mostrado pela autora é que, quando o *então* inferidor está em um ato de fala interrogativo, causa estranheza ser substituído por “logo”, pois esse elemento encabeça conclusões com garantia de verdade. Isso pode ser significativo, pois existe a possibilidade de *então* estar se especializando nesses contextos, em detrimento de outros juntores conclusivos, como *portanto*, *logo*, *assim*, *por isso*, pois não foram encontrados, no *corpus*, casos como em (12) com esses juntores.

Com relação ao esquema de junção que *então* estabelece no contexto do exemplo (12), percebe-se que a junção dá-se entre sentenças. Como mencionado, o contexto é bastante interacional, por isso não podemos deixar de salientar que conseguimos estabelecer também outro tipo de junção: uma junção com outra situação discursiva.

O mesmo esquema de junção pode ser descrito para as ocorrências em (13) e (14):

- (13) Roseana Sarney assumir o governo do Maranhão após ser derrotada nas urnas é uma vergonha. **Então**, para que chamam o eleitor para votar? Estão achando que o eleitor é palhaço? (...) (21VEJA, 06/05/2009)

⁴ Apesar da diferenciação feita pela autora, ela não utiliza a nomenclatura *então inferidor*, mas apenas *então conclusivo*.

- (14) O ministro Tarso Genro, em entrevista ao Estado (11/01, A10) afirma que “resistência armada” contra a ditadura não pode ser confundida com terrorismo. Perguntaria, **então**, ao ministro da Justiça: a explosão daquela bomba dentro de uma maleta no saguão do Aeroporto de Guararapes no dia 25 de julho de 1966, que causou duas mortes, amputações e seqüelas permanentes num total de 15 vítimas civis e militares, deve ser confundida com o quê? (21ESTADÃO, 14/01/2009)

Nesses casos, o uso de *então* também tem a função de ironizar, mostrar indignação e insatisfação com determinada situação. Contudo, em (13) e (14), diferentemente de (12), *então* instaura uma conclusão em um contexto em que se esperaria outro resultado. Em (13), por exemplo, era de se esperar que Roseana Sarney não assumisse o cargo de governadora, dada sua derrota nas urnas, mas ela assumiu, então (por causa disso), pergunta-se: qual a finalidade de uma votação? A estrutura que estaria subjacente seria: se Roseana assumiu o cargo, embora não pudesse assumir, então devem achar que o eleitor é palhaço. É possível pensar nessa estrutura para os dois exemplos acima. Está claro nesses exemplos que não se busca uma resposta, mas essa questão é feita com a finalidade de mostrar insatisfação a respeito desse fato. Os assuntos tratados são polêmicos e a estratégia argumentativa do autor é a contra-argumentação. É possível que, nesse contexto, *então* seja preferível a outros elementos conclusivos, como *portanto* e *assim*, por exemplo, o que leva a pensar numa possível especialização de *então* nesses contextos⁵. Nos exemplos, a interação não se dá momentaneamente, mas com outra situação discursiva, como um depoimento, um artigo publicado. A natureza anafórica ainda persiste, e, nos casos de língua escrita, aponta para uma situação discursiva exterior, com a qual dialoga. Por ser mais recorrente em textos argumentativos, nos quais se busca levar o leitor da carta a certas conclusões e por apresentar características interacionais, configurando um diálogo, no caso, com outro texto, chamamos esses usos de *então conclusivo dialógico*.

Nessas ocorrências, *então* tem natureza adverbial e tem valor de “por isso”. Nesse caso, *então* não é uma conjunção prototípica pela própria posição do item, que não está no início da oração. Sintaticamente, há relativa independência entre as partes articuladas. Por outro lado, há forte vínculo semântico. Dessa forma, há interdependência semântica entre as orações, o que leva a uma junção também no *continuum* entre parataxe e hipotaxe.

⁵ Sobre essa afirmação, encontramos no *corpus* apenas um caso de *assim, pergunto...?* e nenhum caso com outros operadores conclusivos.

A noção de contínuo entre junção frasal e textual pode ser notada nessas ocorrências, em que o item tem comportamento de juntor frasal, mas apresenta algumas características de juntor textual, já que *então* não liga exatamente orações, mas fragmentos textuais menores.

Entre os jutores prototípicos mais textuais, podemos distinguir *então conclusivo articulador textual*, um uso de *então* com valor conclusivo, que possui uma característica fortemente fórica, pois retroage para toda a porção textual anterior e introduz uma conclusão a fim de finalizar um tópico ou subtópico. Nessa estrutura, portanto, o item funciona como um juntor textual, que faz o discurso progredir e assume importante dimensão argumentativa. O item introduz a opinião do escrevente, opinião esta respaldada em todo o discurso anterior, como no exemplo a seguir:

- (15) Fico surpreso com o lamento de leitores ex-petistas que descrevem sua frustração. Não leram a Carta aos Brasileiros, de 2002, antes mesmo de o PT governar? Se leram e não acreditaram, já deveriam saber que a linha programática do partido era claramente inviável operacionalmente. Se leram e acreditaram, jamais deveriam apoiá-la, votando em Lula. **Então**, se a direita brasileira é aquela tristeza, a esquerda é uma piada - de mau gosto. (21ESTADÃO, 08/07/2009)

No exemplo, a junção não se dá entre orações, mas entre porções de texto. Essa função de alguns jutores ditos coordenativos já era mostrada por autores da Semântica Argumentativa e Enunciativa, tais como Guimarães (1980, apud KOCH, 2008). Embora sintaticamente as orações sejam independentes, e, por isso, coordenadas, semanticamente, por termos um caso de conclusão, há *interdependência*. Uma conclusão (no caso introduzida por *então*), não é independente dos argumentos citados anteriormente, ou seja, há uma interdependência de sentido entre as partes do texto. Assim, também temos mais um caso de *continuum* entre a parataxe e hipotaxe, mais próximo daquela por conta da natureza das unidades sintáticas envolvidas.

Também encontramos no *corpus* usos de *então* com certo sentido conclusivo que preservam a natureza anafórica, porém sua foricidade extrapola os limites do texto. Vejamos os exemplos:

- (16) **Então**, o sr. Sarney, ou seja, a Fundação Sarney vai continuar recebendo dinheiro da Petrobrás... (21ESTADÃO, 04/09/2009)

- (17) Mas como? **Então** falta papel higiênico no perfeito paraíso socialista da devoção do PT, de Zé Dirceu, de Lula, de Franklin Martins, de Ziraldo, de Marilena Chauí, de Walter Pomar, de João Pedro Stedile, de Luís Fernando Veríssimo? (21VEJA, 16/09/2009)

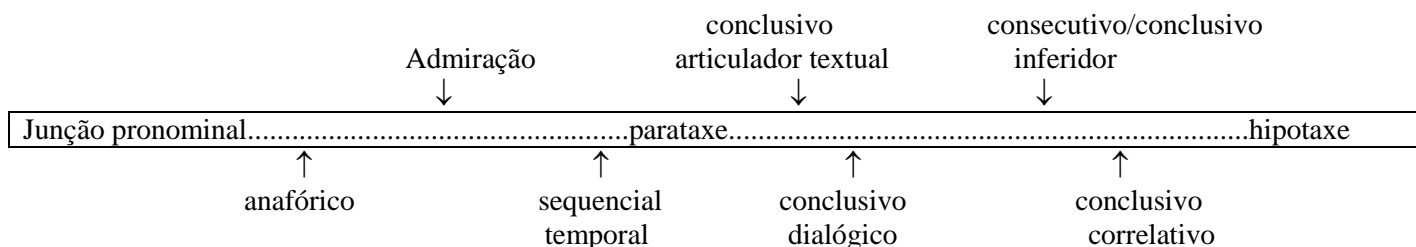
Em ambos os exemplos, as cartas de leitores são apresentadas na íntegra, assim como foram publicadas. A primeira se refere a um artigo publicado no jornal sobre o fato de a Fundação Sarney receber grande quantia de dinheiro da Petrobrás; a segunda, a um artigo publicado na VEJA, que mostrou as condições precárias de higiene em Cuba, como o uso de publicações comunistas como papel higiênico.

Nas duas ocorrências, *então* preserva o valor anafórico, na medida em que aponta para algo já mencionado, não no mesmo texto, mas em outra situação discursiva, com a qual o escrevente da carta quer dialogar, com a finalidade de ironizar e mostrar indignação sobre o assunto. Assim, esse funcionamento de *então* não o classifica como um juntor prototípico: a junção que o item estabelece é de outro tipo, estando vinculada mais ao plano semântico-discursivo e não sintático.

Nesse contexto, o item também preserva, apesar de diluído, o valor de conclusão, mas com uma nuance de *admiração, exclamação* a respeito do assunto tratado. Por isso, denominamos esse tipo de ocorrência como *então com função de admiração/exclamação*. Nesses contextos, o escrevente repete uma informação já dita, como se fosse uma conclusão ou encerramento do assunto, e deixa para o leitor fazer inferências, tirar suas próprias conclusões a partir de sua exposição, que mostra sua orientação argumentativa. As reticências em (16) facilmente revelam indignação e descontentamento com o fato de Sarney continuar recebendo dinheiro; em (17), o uso das palavras “perfeito paraíso” e da expressão “mas como?” servem para ironizar a situação e discordar do fato de algumas pessoas (nomes citados) considerarem Cuba um “paraíso”, pois pelo fato colocado, ele não é. Esse pode ser outro caso de especialização de *então*.

Assim, a partir da análise dos dados de escrita, verificamos diferentes usos do item *então* enquanto um juntor, mais ou menos prototípico. Esses usos seriam: *então* (i) *anafórico temporal*, (ii) *sequencial temporal* e (ii) *conclusivo*, função ampla e heterogênea que pode expressar os seguintes usos mais específicos: consecutivo; conclusivo propriamente dito; inferidor; conclusivo dialógico; conclusivo/consecutivo correlativo; conclusivo articulador textual, conclusivo de admiração/exclamação. Com isso, apresentamos no esquema abaixo, os

seguintes padrões do comportamento sintático-semântico de *então* e sua flutuação na organização sintática⁶:



O esquema apresentado acima não está relacionado a uma rota de gramaticalização do item *então*; ele apenas ilustra os diferentes processos de junção de *então*.

5. Considerações finais

A partir da análise de *então* no *corpus* selecionado, verificamos que o item desempenha diversas funções semânticas e pragmáticas. Essas funções estão em diferentes pontos da arquitetura sintática, fluando entre usos mais frasais e mais textuais. A partir dos dados analisados, constatamos que o juntor *então* liga segmentos oracionais muito dependentes sintática e semanticamente, o que leva esse item a estar mais próximo do eixo da hipotaxe. Em outros casos, a natureza sintática dos elementos ligados, bem como a relação semântica estabelecida fazem com que o funcionamento do item esteja mais próximo do eixo da parataxe. Essas constatações contrariam a visão tradicional que encara o item *então* apenas como uma simples conjunção coordenativa, sem considerar sua multifuncionalidade sintática, semântica, discursiva, pragmática e argumentativa.

Referências

AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

⁶ No esquema apresentado, as flechas não estão direcionadas para um ponto exato, mas para a porção próxima, mais à direita ou mais à esquerda.

BARBOSA, A.; LOPES, C. (orgs) *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAPERJ, 2006.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1985.

HALLIDAY, M. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ILARI, R. As conjunções. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do Português Falado Culto no Brasil: classes de palavras e processos de construção*, vol 2. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 809-860.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança lingüística. Disponível em <http://www.uni-tuebingen.de/kabatek/discurso/itaparica.pdf>. Acesso em 28/02/2008.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, I. G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G.; NOVAES, N. B. As construções com portanto no português europeu e no português brasileiro. *Scripta*. Belo Horizonte, v. 5, p. 203-218, n. 9, 2001.

MÓDOLO, M. *Correlacionando orações na língua portuguesa*. Museu da Língua Portuguesa. Fonte: www.poesis.org.br/files/mlp/texto-6.pdf. Acesso em: 13/10/2009.

MONTOLIO, E. On Affirmative and Negative Complex Conditional Connective. In: COUPER-KUHLEN, E; KORTMANN, B. (ed.) *Cause-Conditions-Concession-Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*. Mouton de Gruyter: Berlin, New York, 2000. p. 143-233.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEZATTI, E. G. *O advérbio então já se gramaticalizou como conjunção?* DELTA, v. 17, n. 1, p 81-95, 2001.

PEZATTI, E. G.; BECHARA, E. N. O marcador discursivo de conclusão *então* no português brasileiro falado. *LUSORAMA*, v. 71-72, p. 207-216, 2007.

QUIRK, R. et al. *A Grammar of Contemporary English*. London: Longman, 1972.

RAIBLE, W. Linking Clauses. In: HASPELMATH et al. (eds) *Language Typology and Language Universals – an International Handbook*. Berlin, New York: De Gruyter, 2001, p.590-617.

SAPATA, A. C. O articulador discursivo *então* e suas várias funções no texto escrito do Brasil. *Sínteses - Revista dos Cursos de Pós-Graduação*, v. 11, p. 475-489, 2006

TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de aí, daí, então e e como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1999.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, daí, aí e então: estratificação /variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003.